

Senadores buscam solução para conflito com índios

Problemas em Roraima e Mato Grosso do Sul, em virtude da demarcação de terras indígenas, mobilizam senadores da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que ouvirão ministros e governadores



José Cruz

O agravamento dos conflitos fundiários dominou ontem os debates na Comissão de Relações Exteriores. Os ministros da Defesa, José Viegas Filho, e da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, deverão comparecer à CRE na próxima quinta-feira, juntamente com o presidente da Funai, Mércio Pereira Gomes. Numa segunda etapa, haverá nova audiência com os governadores de Mato Grosso do Sul e de Roraima e com representantes do Ministério Público e de entidades ligadas aos índios.

PREOCUPAÇÃO Senadores analisam, na reunião presidida por Eduardo Suplicy, confrontos que envolvem índios, fazendeiros e posseiros

Página 7

Compromisso de mudança na Previdência

Em discursos no Plenário, senadores insistem na votação, pela Câmara dos Deputados, da PEC paralela, que ameniza os efeitos da reforma da Previdência

Páginas 4 e 5

Tourinho quer discutir logo a autonomia do Banco Central

Rodolpho Tourinho criticou a indefinição do governo quanto à autonomia do Banco Central. A medida, disse, é necessária para o amadurecimento do modelo macroeconômico nacional, de forma a “garantir maior credibilidade ao sistema financeiro” do país.

Projeto de Lei de Falências prejudica trabalhador, diz juiz

O presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Grijalbo Coutinho, critica projeto de Lei de Falências.

Página 3



Célio Azevedo

AUDIÊNCIA Senadores da CAE também discutiram a proposta com o diretor-presidente do Sebrae

Página 8



URGÊNCIA Valdir Raupp afirma que projeto vai gerar 7 mil megawatts de energia elétrica

Raupp pede investimentos em energia

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) conclamou o governo a retomar os investimentos em infra-estrutura, para garantir energia suficiente para o país. Raupp defendeu a implantação do Projeto Rio Madeira (RO), que gerará 7 mil megawatts de energia elétrica.

O senador disse que o aproveitamento energético e fluvial do Rio Madeira soma-se ainda à construção do Gasoduto Uruçu/Porto Velho e ao linhão Ji-Paraná/Jauru.

Os projetos beneficiarão, além da Região Norte, o Centro-Oeste, com a geração de energia elétrica e a ampliação da rede de hidrovias, afirmou o senador.

– Há recursos e parceiros compromissados e os projetos estão incluídos no Plano Plurianual – disse.

Em aparte, o senador Delcídio Amaral (PT-MS) ressaltou a importância de dar aproveitamento econômico ao gás de Uruçu, no Amazonas. Já o senador César Borges (PFL-BA) afirmou que o país precisa de mais energia para sustentar seu desenvolvimento econômico.

Mestrinho promete votar PPA ainda na convocação

■ Senador espera repetir no exame da matéria o esforço empregado na análise do Orçamento de 2004

O Congresso deverá votar o Plano Plurianual (PPA) relativo ao período de 2004 a 2007 até o final da convocação extraordinária do Legislativo, que se encerra no dia 13 de fevereiro, afirmou o presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM).

– Nós vamos ter as reuniões necessárias para aprovar a matéria. Para a aprovação do Orçamento de 2004, tivemos que convocar reuniões até às cinco horas da manhã, varamos noite, viramos madrugadas e agora a mesma coisa vamos fazer com o PPA, de modo que até os primeiros dias de fevereiro seja votado – afirmou Mestrinho.

Segundo o senador, a votação das reformas da Previdência e tributária, além da apreciação do Orçamento de 2004, foram



ACORDO Mestrinho diz que já há consenso sobre o conteúdo do PPA, facilitando a sua aprovação

responsáveis pelo atraso na análise do PPA.

O Plano Plurianual define como vão ser os investimentos do governo federal nos próximos quatro anos. Já na próxima terça-feira, deverá haver uma reunião da Comissão Mista de Orçamento para examinar o PPA, segundo informou Mestrinho. O relator do PPA é o senador Roberto Saturnino (PT-RJ).

Consenso

Para Mestrinho, já há quase um consenso sobre o conteúdo

do PPA, à exceção da proposta de Saturnino de diminuir o percentual do superávit primário (receita menos despesa excetuando o pagamento de juros).

– O relator quer reduzir o percentual do superávit primário e o governo quer aumentar. Então esse é o choque, mas eles vão chegar a um acordo para votar a matéria – disse Mestrinho.

Saturnino alega que não há justificativa para manter em 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB) a meta de superávit primário. Ele defende que esse percentual seja gradualmente reduzido a partir de 2005. O relator propõe que a meta de superávit seja de 3,75% do PIB em 2005; de 3,5% do PIB em 2006; e de 3,25% do PIB em 2007.

– Não há nenhuma razão para manter esse superávit tão elevado. Precisamos liberar recursos e permitir o investimento para possibilitar o crescimento econômico do país. Porque crescimento sem investimento público é uma quimera – disse Saturnino.

Leonel Pavan felicita associação catarinense



HOMENAGEM Leonel Pavan elogia trabalho de entidade de professores

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) homenageou a Associação Catarinense de Professores (ACP) pelo seu Jubileu de Ouro. Ele parabenizou a entidade e mencionou a publicação de mais um número da revista da ACP, em edição comemorativa. O senador cumprimentou a presidente da associação, professora Jessi Helena Josten de Oliveira, e citou no-

minalmente a sua diretoria.

– Nós nos associamos às homenagens prestadas à ACP, desejando que sua diretoria prosiga acumulando êxitos, com a tenacidade, vontade e amor que orientam a gestão – afirmou Pavan, lembrando que a entidade defende os interesses e as reivindicações dos professores e busca aprimorá-los cultural e profissionalmente.

Capiberibe quer força-tarefa para o Amapá

Depois de encaminhar duas correspondências ao ministro da Saúde, Humberto Costa, alertando para o aumento dos casos de dengue na Região Norte, sobretudo no Amapá, e não obter resposta, o senador João Capiberibe (PSB-AP) enviou um terceiro documento, pedindo uma força-tarefa para avaliar a atuação do governo amapaense no combate à doença.

O aumento de casos de dengue, segundo o senador, atingiu praticamente toda a Região Norte. A exceção foi o Pará, onde as notificações de novembro de 2003 tiveram uma redução de 10%, em relação ao mesmo período em 2002. Em Rondônia, o aumento foi de 93,95%; no Acre, de 43,28%; no Amazonas, de 68%; em Roraima, a dengue avançou 98% e, no Amapá, 149%.

– A dengue é uma doença política provocada pelo descaso na aplicação de recursos públicos e pelo desvio de verbas da saúde – afirmou Capiberibe.

O senador quer uma força-tarefa integrada por técnicos do Ministério da Saúde e do Sistema Único de Saúde (SUS).



DESEMPENHO João Capiberibe adverte que dengue está aumentando no Norte

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Agenda

Sessão será não deliberativa

O Plenário realiza hoje, a partir das 9h, sessão não deliberativa, com pronunciamentos dos parlamentares e comunicados da Mesa Diretora. Não haverá votação. Os primeiros inscritos para discursar são os senadores Augusto Botelho (PDT-RR) e Valdir Raupp (PMDB-RO).

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

LEI DE FALÊNCIAS

Célio Azevedo



APERFEIÇOAMENTO Na Comissão de Assuntos Econômicos, os senadores ouvem sugestões de representantes dos magistrados e das micro e pequenas empresas

Magistrado teme prejuízo para trabalhadores

Mas a nova Lei de Falências pode fortalecer as pequenas empresas, garante diretor do Sebrae

Durante audiência pública realizada ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Grijalbo Fernandes Coutinho, afirmou que o projeto da nova Lei de Falências prejudicaria os trabalhadores. Na prática, explicou Coutinho, a lei afasta os trabalhadores da posição de

credores privilegiados. O outro convidado da audiência, o diretor-presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Silvano Gianni, pediu uma legislação diferenciada para as pequenas e microempresas.

O objetivo da audiência pública foi instruir os senadores na votação do PLC 71/03, mais conhecido como Lei de Falências, que prevê, entre outras medidas, o fim da concordata, instrumento pelo qual o devedor é obrigado a liquidar as dívidas de acordo com as sentenças judiciais que beneficiem os credores. A recuperação judicial e a extrajudicial substituem a concordata no sentido de evi-

tar a falência de uma empresa.

O presidente da Anamatra destacou que a atual legislação determina que dívidas trabalhistas são créditos privilegiados, ou seja, no caso de falência das empresas precedem qualquer outro. Na proposta de mudança feita pela Câmara, apesar de ser dada preferência aos trabalhadores, esse dispositivo seria anulado.

– O risco do negócio pertence ao empregador, uma vez que o empregado também não participa dos lucros. O projeto em debate tira esse privilégio do crédito trabalhista, o que é inaceitável – declarou Coutinho.

Ele acredita que o fim da concordata piora ainda mais a

situação do trabalhador, porque, diferentemente da concordata, a liquidação extrajudicial passa a atingir o empregado.

Pequena empresa

O diretor-presidente do Sebrae, Silvano Gianni, lembrou que as sugestões que protegem as micro e pequenas empresas apresentadas pela entidade foram acatadas na Câmara. Entre elas, foi incluída no texto a redução da remuneração do administrador judicial na falência desse tipo de empresa. Gianni, no entanto, afirmou que outras adequações ainda são necessárias.

– As empresas de pequeno e médio porte são as maiores ge-

radoras de emprego do país e não há como cogitar a criação dos 10 milhões de novos postos de emprego que o governo pretende sem reforçar esse tipo de empresa. A nova Lei de Falências pode ajudar a fortalecer as pequenas e microempresas – disse.

Durante a reunião, o presidente da CAE, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), lamentou a decisão do governo de manter a taxa de juros em 16,5%.

– Espero que a decisão do governo seja a certa, mas torço para que os juros baixem, para incentivar o consumo e garantir o crescimento da economia” – assinalou o senador Ramez Tebet.

Spread alto tira dinheiro do setor produtivo, critica César Borges

Durante a reunião de ontem da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o autor do requerimento para a realização da audiência, senador César Borges (PFL-BA), culpou a falta de adequação legislativa pelo alto *spread* bancário (taxa adicional de risco cobrada no mercado financeiro, sobretudo o internacional) vigente no Brasil.

Na opinião do senador, os riscos de emprestar dinheiro no país são muito grandes e isso torna o *spread* alto, o que drena recursos do setor produtivo para o financeiro. Para ele, uma lei de falências mais moderna pode ajudar a melhorar a situação econômica do país.

Borges sugeriu que a recuperação extrajudicial, prevista no projeto, seja estendida para micro e pequenas empresas,

que, na opinião dele, já enfrentam muitos problemas como a sobrecarga de impostos. O diretor-presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Silvano Gianni, afirmou que um dos problemas enfrentados pelas empresas de pequeno porte é realmente o *spread* bancário. Afirmou ser bem-vindo “qualquer meio para fazer o *spread* bancário diminuir”.

Em resposta ao senador Gerson Camata (sem partido-ES), Gianni pediu maior apoio legislativo para fortalecer as micro e pequenas empresas e lembrou que a informalidade é muito grande nesse meio.

– Informal é ilegal, mas estamos aceitando como normal. Isso é consequência da deficiência da legislação que

não garante a essas empresas condições sensatas de funcionamento. Todas as empresas são tratadas da mesma forma, seja com 40 ou quatro empregados – declarou.

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) mostrou-se preocupado com as pequenas e microempresas e com a manutenção da prioridade para os créditos trabalhistas. Já o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) afirmou que fará tudo que puder para ajudar as empresas de pequeno porte e pediu sugestões legislativas ao representante do Sebrae, lembrando que o Senado terá pouco tempo para examinar a matéria.

A senadora Ana Júlia Carepa

“Qualquer meio para diminuir taxa de risco é bem-vindo”, diz o diretor do Sebrae

.....

(PT-PA) manifestou-se preocupada com as “brechas” na nova legislação que poderiam proteger as instituições financeiras. A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) questionou se a mudança da abordagem em relação aos créditos trabalhistas não poderia ser para evitar fraudes, numa forma de tornar mais transparente a Lei de Falências.

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) pediu esclarecimentos sobre a matéria ao relator da lei na Câmara, deputado Osvaldo Biolchi (PMDB-RS), que, por sua vez, afirmou ter “lutado com unhas e dentes pela manutenção dos direitos trabalhistas” na nova lei. Biolchi acredita que o pro-

jetivo pode ser aperfeiçoado, mas vê em seu texto avanços em relação à atual legislação. O senador Demostenes Torres (PFL-GO) sugeriu que seja ouvido um promotor de Justiça, ainda a ser definido. Garibaldi Alves Filho quer a participação do presidente da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil, Luiz Otávio Gomes. Os senadores Aloisio Mercadante (PT-SP) e Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) incluíram entre os convidados de audiências públicas os secretários de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Marcos Lisboa, e o de Direito Econômico do Ministério da Justiça, Daniel Goldemberg. Os requerimentos para essas audiências foram aprovadas na reunião da CAE.

PREVIDÊNCIA

Declaração do presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, sobre a tramitação da proposta de emenda constitucional paralela da Previdência repercute no Plenário do Senado

Senadores insistem na votação da PEC paralela

Todos sabemos que a convocação extraordinária do Congresso só foi feita por causa do compromisso de votar a PEC paralela na Câmara dos Deputados. Essa afirmação é do senador Jefferson Péres, que manifestou ontem seu temor de que a proposta não seja aprovada. Já o senador

Paulo Paim observou que será “um escândalo” não votar a emenda constitucional até 13 de fevereiro. Paim advertiu que “não conseguirá conviver no mesmo espaço com quem trair uma proposta como essa”. O líder do PFL, José Agripino, disse que proporá reunião do

presidente do Senado, José Sarney, com os líderes partidários para montar estratégia destinada a convencer os deputados. Já o líder do bloco governista, senador Tião Viana, ressaltou que, “até agora, o governo federal tem honrado o compromisso que assumiu com o Senado”.

JEFFERSON PÉRES



Fotos: Roosevelt Pinheiro

Compromisso entre governo e líderes está ameaçado

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) advertiu ontem que está ameaçado o compromisso assumido entre o governo e os líderes partidários do Senado em torno da aprovação da PEC paralela, que altera a reforma da Previdência.

– Agora é definitivo. O presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, comunicou de forma categórica que a chamada PEC paralela não será aprovada durante o período da convocação extraordinária. No máximo, será apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. A PEC está ameaçada – disse.

Jefferson lembrou que a partir de abril inicia-se o processo das eleições municipais e deputados governistas têm declarado que não assumiram compromisso de aprovar a PEC paralela.

– Todos sabemos que essa convocação extraordinária só foi feita por causa do compromisso de votar a PEC paralela na Câmara dos Deputados. O que mais tem de urgente aqui? Tenho certeza que os senadores Tião Viana (PT-AC), Paulo Paim (PT-RS), Aloizio Mercadante (PT-SP) e Renan Calheiros (PMDB-AL) não teriam assumido esse compromisso se não estivessem convencidos disso. Como ficam eles perante toda a sociedade brasileira e os servidores públicos?

Jefferson cobrou respeito ao Congresso como instituição “indispensável ao país” e alertou para as consequências políticas de uma convocação extraordinária em que apenas se faz discurso.

PAULO PAIM

Meu discurso vai ser cumprido. Eu tenho honra

Em face da informação de que a Câmara dos Deputados não votará, nesta convocação extraordinária, a PEC paralela, o senador Paulo Paim (PT-RS) afirmou que isso será efetivamente “um escândalo”. Presidindo a sessão plenária do Senado, ele disse que a Câmara precisa dar prioridade a essa emenda.

– Que a Câmara assuma sua responsabilidade. O Senado vai cumprir a sua parte. Mas todo mundo lembra o pronunciamento que fiz nesta tribuna. Não cumprido o acordo, o meu discurso vai ser cumprido. Eu tenho honra.

Votar essa PEC com prioridade, de acordo com o senador, foi um compromisso que o presidente da Câmara, João Paulo Cunha, assumiu com a Presidência do Senado, quando o próprio Paulo Paim respondia por esse cargo. Ele acrescentou que cerca de sete senadores só votaram a reforma da Previdência ante o compromisso de que a PEC paralela seria votada em seguida.

– Esse compromisso da PEC paralela nós fizemos com todo o governo, inclusive com o presidente. Só faço esse esclarecimento porque, como presidente em exercício na época, e hoje no exercício da Presidência, afirmo que, a configurar-se esse quadro, eu, particularmente, me sinto totalmente traído.

Paim afirmou que não conseguirá conviver “no mesmo espaço com quem trair proposta como essa”. Em aparte, Ney Suassuna (PMDB-PB) disse que palavra empenhada deve ser cumprida.



TIÃO VIANA



Governo federal está fazendo a sua parte

Em resposta ao senador Jefferson Péres, o líder do bloco governista, senador Tião Viana (PT-AC), afirmou que até agora o governo tem honrado o compromisso que assumiu com o Senado, fazendo a convocação extraordinária e incluindo na pauta a PEC paralela, que ameniza os efeitos da reforma da Previdência. O ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, em reunião com as lideranças da Câmara, fez um apelo para que assegurem a votação acelerada da reforma da Previdência, informou o líder.

Tião Viana disse que lhe causa estranheza ouvir que não há prazo para se votar a PEC paralela e lembrou que não há qualquer argumento que sustente essa afirmação.

Como líder do PPS, Mozarildo Cavalcanti (RR) destacou que a atitude do presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, de colocar impedimentos à votação da PEC paralela põe sob suspeita a palavra do presidente Lula e dos ministros que se comprometeram com os senadores.

O líder do PL, Magno Malta (ES), disse não acreditar que a Câmara esperasse que os 81 senadores, muitos ex-ministros e governadores, abrissem mão de dar sua contribuição para uma reforma tão importante como a da Previdência. Já a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) afirmou que há tempo hábil para a votação da PEC paralela. Ela salientou que os trabalhadores esperam uma resposta positiva dos deputados.

JOSÉ AGRIPINO

Proposta de reunião de Sarney com líderes partidários

Quando o presidente do Senado, José Sarney, voltar ao trabalho na próxima semana, o líder do PFL, José Agripino (RN), irá propor-lhe que reúna os líderes partidários para montarem uma estratégia destinada a convencer os deputados federais a votarem, ainda no período de convocação extraordinária, a proposta de emenda à Constituição 77 – a chamada PEC paralela, que tramita na Câmara com o número 227/04.

Na opinião de Agripino, Sarney deveria falar com o presidente da Câmara sobre o assunto, lembrando aos deputados do PT que a aprovação naquela Casa do texto integral aprovado no Senado é um compromisso do presidente Lula e do líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP).

– Não posso acreditar que o governo vá descumprir sua promessa – disse Agripino, com apoio de Paulo Paim.

O senador José Agripino também pediu ao governo a retomada do corte nas taxas de juros, de modo a viabilizar a volta dos investimentos, com reflexos positivos sobre o emprego. Ele lamentou a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) de manter os juros em 16,5% ao ano.

O pedido de demissão de Tânia Baccalar, responsável pela estruturação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene), foi abordado por Agripino. Ele acredita que Tânia decidiu se demitir por não encontrar os meios para realizar sua tarefa.



PREVIDÊNCIA

Os senadores Pedro Simon, Sibá Machado e Lúcia Vânia defendem votação da PEC paralela. Paulo Paim recebe servidores

LÚCIA VÂNIA



PSDB ainda confia na palavra do governo federal

Em nome do PSDB, a senadora Lúcia Vânia (GO) afirmou ontem que o partido ainda confia na palavra do governo e espera que ele cumpra seu compromisso de votação rápida da Proposta de Emenda à Constituição 227/04, a chamada PEC paralela (que no Senado tinha o número 77/03). A senadora disse considerar que as notícias sobre o assunto devem ser atribuídas às dificuldades da primeira semana de trabalho do Congresso em meio a uma reforma ministerial.

Lúcia Vânia destacou que o PSDB acredita nos acordos firmados pelo governo, como sempre fez em sua trajetória política, e deseja que a prudência prevaleça. Para ela, ainda é momento de cautela e de confiança no governo. Caso o acordo seja rompido, no entanto, o partido contestará com veemência, anunciou, ressaltando que é inadmissível que o Senado seja desrespeitado.

Para explicar a importância da convocação e de a Câmara aprovar a PEC paralela, Lúcia Vânia elencou alguns itens da proposta, como o acesso aos benefícios da Previdência pelos excluídos do mercado do trabalho e a garantia da paridade de vencimentos entre ativos e inativos para os atuais servidores.

Como presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a senadora enfatizou a necessidade de aprovar dispositivo da PEC paralela que autoriza a adoção de critérios especiais para a aposentadoria de pessoas com deficiência.

SIBÁ MACHADO

Conversa franca entre Sarney e João Paulo Cunha

O senador Sibá Machado (PT-AC) instou os presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, João Paulo Cunha, a manterem uma conversa franca e direta para esclarecer os compromissos assumidos pelas duas Casas do Congresso em relação à votação da PEC paralela, que contempla as modificações que o Senado aprovou em relação à reforma previdenciária.

– Talvez até mesmo o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deva participar, para aplainar quaisquer dificuldades em relação à questão que vem dividindo a base do governo no Congresso e criando cizânia dentro do PT – ressaltou.

Segundo Sibá, todos devem saber que a convocação extraordinária representou o cumprimento do acordo feito para votar a PEC paralela. O governo federal levou adiante a convocação sobretudo para essa votação, argumentou.

O senador pelo Acre afirmou que o Senado não ficará de braços cruzados, porque há projetos importantes para examinar, como os da Mata Atlântica e da reforma do Judiciário. “Também teremos muito trabalho pela frente”, disse Sibá Machado.



PEDRO SIMON



Compromisso do presidente Lula e de seus líderes

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse ontem, em Plenário, que acredita na aprovação da PEC paralela. A proposição foi aprovada no Senado no fim do ano passado e completa a reforma da Previdência. Simon afirmou que está “absolutamente tranquilo” quanto à aprovação do texto. Ele lembrou o compromisso assumido pelos líderes governistas no Congresso e pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A PEC paralela resultou de um acordo entre o governo e os senadores, pelo qual os temas polêmicos da reforma previdenciária seriam votados separadamente da proposta original, já aprovada nas duas Casas e promulgada pelo Congresso. A oposição alega que o governo não tem interesse em votar a PEC na Câmara dos Deputados.

O senador disse que os deputados podem apresentar emendas à proposta, mas têm compromisso de discutir a PEC paralela durante a convocação extraordinária do Congresso, mesmo que, segundo Simon, “não queiram votar correndo, pois não são obrigados”. O parlamentar gaúcho também comentou a queixa feita por deputados de que caberia a eles apenas referendar a proposição, pois sua aprovação já fora acordada com a base do governo.

– Foram tantas as vezes que a Câmara votou e o Senado só referendou, que, de repente, a Câmara não pode se sentir ofendida pelo fato de os senadores apresentarem uma proposta diferente.

Ana Júlia: avanço contra exploração ilegal de madeira

O combate à exploração ilegal de madeira no Pará, fruto de ação conjunta da Polícia Federal e do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), foi elogiado pela senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA). Conforme revelou, estima-se que o esquema de fraude e falsificação de Autorizações de Transporte de Produto Florestal (ATPFs) no estado tenha acarretado mais de R\$ 45 milhões em sonegação de tributos.

– A grande importância desta ação do Ibama é enfrentar claramente a parte do setor madeireiro que na Amazônia age na ilegalidade – afirmou. A Operação Feliz Ano Velho constitui-se, segundo assinalou, na maior estratégia de combate à exploração ilegal de madeira no país, mobilizando mais de 110 policiais, em sete municípios, na execução de 34 mandatos de prisão.

A realização pelo Ibama da Operação Belém, uma auditoria minuciosa promovida, nos últimos seis meses, sobre as ATPFs, revelou a emissão de 1.003 guias fraudadas e 260 falsas no estado. De acordo com Ana Júlia, esse “esquema criminoso” envolveu 180 empresas madeireiras, provocou a derrubada irregular de cerca de três milhões de árvores da floresta amazônica, movimentando a comercialização ilegal de cerca de 45 mil metros cúbicos de madeira.

Embora reconheça a importância de ações do gênero, a senadora apela ao governo para a criação de reservas extrativistas protegidas na floresta, o que permitiria a extração sustentável da madeira pela população nativa. Ana Júlia também explicou o voto contrário a projeto aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em 2003, que previa a criação de uma superzona franca na Amazônia. Essa iniciativa não foi motivada, conforme esclareceu, pela ausência do Pará nessa zona comercial, mas pelo fato de sua estruturação resultar na retirada de recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

A senadora ainda lamentou a decisão do Copom de não baixar a taxa básica de juros. Em contrapartida, revelou confiança no apoio do governo à aprovação da PEC paralela da reforma da Previdência.



SUCESSO Ana Júlia destaca bons resultados da ação conjunta do Ibama e da Polícia Federal no Pará

Servidores atribuem desinteresse ao Executivo

O presidente em exercício do Senado, Paulo Paim, reagiu com incredulidade à hipótese de que o governo não tenha interesse na aprovação da PEC paralela, conforme foi informado ontem por entidades de servidores públicos. De acordo com os sindicalistas, não seria o presidente da Câmara, João Paulo Cunha, o principal obstáculo à votação da proposta de emenda à Constituição que reduz os efeitos da reforma da Previdência.

– Eu acho que isso é grave. Estou checando a informação e torcendo para que ela não

seja verdadeira. Se for verdadeira, aí é quebra de acordo mesmo. Vou levar essa informação para a reunião do colégio de líderes, que teremos na semana que vem com o presidente José Sarney, e pedirei que o próprio presidente do Senado entre em contato com o Executivo e com o presidente João Paulo Cunha.

Acompanhando Pedro Delarue Tolentino Filho, do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal, vários representantes de entidades de servidores comunicaram a Paim terem ouvido do próprio João Paulo Cu-

nha que a PEC paralela não é uma prioridade para o governo.

– As prioridades seriam outras questões que estão na pauta, não a PEC paralela. Então, o presidente João Paulo Cunha não chegou a se comprometer com a aprovação da PEC 77 – afirmou Pedro Delarue.

– Se essa informação for verídica, nós estamos entrando num impasse, inclusive institucional. Porque não haverá mais nenhuma credibilidade entre essa Casa e o Executivo – advertiu Paim.

Aplauso ao governo por identificar turista

■ Decisão de fichar norte-americanos é bem recebida por membros da Comissão de Relações Exteriores

O governo brasileiro agiu bem ao baixar uma portaria invocando o direito de reciprocidade, que obrigou cidadãos norte-americanos a serem identificados por fotografias e impressões digitais ao desembarcarem em solo brasileiro. Essa foi a conclusão a que chegaram os senadores da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) em debate sobre o impasse diplomático, que ocupou ontem a maior parte da reunião do colegiado.

Para o presidente da CRE, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), a decisão do governo dos Estados Unidos de fichar os brasileiros que visitam aquele país forçou o juiz Julier Sebastião da Silva, de Mato Grosso, a pedir tratamento igualitário aos cidadãos norte-americanos que ingressassem no Brasil, o que foi mais tarde encampado pelo governo federal. A seu ver, o governo brasileiro “tomou a deci-



DEBATE Senadores também defendem a confecção de passaportes mais seguros pelo Brasil

são certa”, mas ele disse esperar que em breve sejam restabelecidas as relações cordiais entre os dois países, colocando um ponto final nos fichamentos de ambos os lados.

Já o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) observou que o governo demorou para tomar a decisão de invocar o princípio de reciprocidade e também fichar os norte-americanos. Por isso, na sua visão, um juiz de Mato Grosso, provocado pelo procurador da República Pedro

Taques, resolveu adotar a medida no final de dezembro, com início para 1º de janeiro.

Azeredo, mesmo reconhecendo que os Estados Unidos têm problemas com terrorismo, estranhou que o governo daquele país insista em fichar brasileiros, quando cidadãos de vários países, como os mexicanos, já estão liberados. O Departamento de Segurança Interna dos EUA obriga a identificação de pessoas provenientes de vários países, entre os

quais o Brasil. A identificação é feita com fotografia e impressões digitais.

Passaporte

Apesar de aplaudir a decisão brasileira, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) ressaltou que não tira a razão dos americanos de fichar os brasileiros. Os passaportes emitidos pela Polícia Federal brasileira podem ser facilmente falsificados e foi por isso, informou o senador, que as autoridades norte-americanas tomaram o cuidado de não

excluir os brasileiros do fichamento.

Rodolpho Tourinho (PFL-BA) concordou com Jefferson Péres e afirmou que em Portugal, por exemplo, os passaportes são emitidos eletronicamente, com segurança para todos. O senador Flávio Arns (PT-PR) enalteceu o direito de reciprocidade, mas assinalou que a maioria dos passaportes falsificados é de origem européia.

Para Fátima Cleide (PT-RO), a decisão do juiz Julier Sebastião da Silva “honra a Justiça brasileira” e foi de fundamental importância para que a população do Brasil “tivesse elevada a sua auto-estima”. Mas ela condenou a atitude da prefeitura do Rio de Janeiro de utilizar multas para receber os turistas norte-americanos.

– Multas vestidas em trajes mínimos, sambando e sorrindo para os turistas, dão a entender que as brasileiras estão à disposição dos turistas – disse.

Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) defendeu a dispensa de visto para brasileiros nos Estados Unidos, enquanto Sibá Machado (PT-AC) frisou que o governo norte-americano, ao fichar brasileiros, colocou o Brasil “na vala comum”.

Comissão aprova nome de embaixador

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem mensagem presidencial indicando o nome de Carlos Augusto Rego Santos Neves para, cumulativamente, exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à Federação Russa e a Belarus, duas ex-repúblicas da extinta União Soviética. A mensagem segue agora para votação do Plenário.

Marco César Naslausky foi escolhido para embaixador brasileiro na Dinamarca e na Lituânia. A CRE aprovou decreto legislativo que permite aos países que importarem substâncias químicas, como agrotóxicos tóxicos como perigosos, o direito de analisar as informações extensivas sobre os riscos à saúde humana e ao meio ambiente.

Foi aprovada também pela comissão o texto da Convenção de Estocolmo sobre poluentes orgânicos.

Paim recebe ministro da Pesca do País Basco

O vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), recebeu ontem o ministro da Agricultura e Pesca do País Basco, Gonzalo Saenz de Samaniego, e sua comitiva, acompanhados por parlamentares da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Aquicultura e Pesca, da Câmara dos Deputados, e do gerente-executivo da Fundação para o Desenvolvimento de Comunidades Pesqueiras Artesanais (Fundipesca), padre Javier Barturen.

Paim salientou a importância da visita das autoridades bascas, que vêm desenvolvendo programa de cooperação no setor pesqueiro com o Brasil.

– A presença do ministro é de fundamental importância, pela grande experiência dos bascos na área da pesca, uma atividade geradora de emprego, na qual os investimentos apresentam grande retorno do ponto de vista social, e que também pode melhorar a qualidade da alimentação que vai à mesa do nosso povo – observou o parla-



COOPERAÇÃO Paulo Paim ouve do ministro Gonzalo Samaniego explicações sobre programa apoiado pelos bascos

mentar.

O ministro explicou a Paim que a colaboração de seu país com a organização não-governamental Fundipesca, que atua no litoral da Bahia, já resultou no financiamento de cinco barcos-escola atualmente em operação, e que nessa visita sua comitiva está tratando da construção de mais embarcações e

de um porto pesqueiro.

Compareceram à audiência a presidente da Frente Parlamentar, deputada Selma Schons (PT-PR), e os deputados Colbert Martins (PPS-BA), Milton Barbosa (PFL-BA), Luis Couto (PT-PB) e Leonardo Monteiro (PT-MG).

Embaixador do Chile

Paulo Paim também recebeu

ontem o embaixador do Chile, Osvaldo Puccio, para uma visita de cortesia. O senador considerou “muito positivo” o encontro, no qual o embaixador manifestou o interesse de seu país numa aproximação com o Mercosul.

– Entendo que essa disposição é muito boa para a América do Sul e para a relação do Mercosul com outros blocos econômicos – assinalou Paulo Paim.

Segundo o vice-presidente do Senado, ficou acertado que em sua próxima visita o embaixador virá acompanhado de assessores para aprofundar alguns aspectos dos temas abordados e mostrar a experiência chilena em áreas de interesse comum com o Brasil, como a produção de vinhos.

Paim ressaltou ainda que Puccio deixou clara a coincidência de opiniões dos governos dos dois países quanto à necessidade de organizar uma política de alcance global para combater a fome.

Ministros convocados para debater conflitos

■ CRE quer resolver problemas surgidos com demarcação de terras indígenas em dois estados

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) vai aprofundar os debates sobre os problemas fundiários nos estados de Roraima e Mato Grosso do Sul, depois do agravamento dos conflitos entre índios, posseiros e fazendeiros, em virtude da demarcação de terras indígenas. Em ambos os estados já foram registrados confrontos armados entre índios e agricultores.

Na próxima quinta-feira, a partir das 10h, deverão comparecer à CRE os ministros da Defesa, José Viegas Filho; e da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, que deverá estar acompanhado pelo presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Mércio Pereira Gomes. Numa segunda etapa, em data que ainda será marcada, a CRE fará nova audiência pública com os governadores de Mato Grosso do Sul, Zeca do PT; e de Roraima, Flamarion Portela; representantes do Ministério Público e de entidades ligadas aos índios.

Na reunião de ontem, vários senadores manifestaram preocupação com relação ao agravamento dos conflitos fundiários nos dois estados. Em Ro-



GRAVIDADE A Comissão de Relações Exteriores discutiu os confrontos entre índios e agricultores, que podem chegar à fronteira

raima, segundo informou o senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), a situação mais crítica ocorre na região norte do estado, em virtude da demarcação da reserva Raposa Serra do Sol, já que as terras também foram ocupadas por agricultores, plantadores de arroz em sua grande maioria.

De acordo com Mozarildo, o governo e o Senado têm o dever de se aprofundar na questão porque, além dos problemas sociais, as terras indígenas a serem demarcadas na Serra do Sol estão situadas em região de fronteira, envolvendo pro-

blemas de defesa nacional, o que merece tratamento diferenciado por parte das autoridades.

Problema antigo

Conforme o senador Jefferson Péres (PDT-AM), o problema envolvendo demarcação de terras, principalmente em Roraima, é grave e vai depender do bom senso das autoridades. Ele acha que não é justo o governo propor a saída, com a devida indenização, de brasileiros não-índios que ocupam e trabalham naquelas terras há anos.

Na opinião de Jefferson, os

conflitos fundiários no país poderiam ter solução caso fosse cumprido dispositivo constitucional determinando que, num prazo de cinco anos, contados a partir de 1988, todas as reservas indígenas do país seriam demarcadas. O fato é que, passados 16 anos, a situação incômoda persiste, “gerando tensão, medo e revolta na população de alguns estados brasileiros”, observou.

Já o senador João Capiberibe (PSB-AP) salientou que os índios querem apenas resguardar e proteger as terras em que vivem, enquanto Augusto Bo-

telho (PDT-RR) ressaltou que, apesar das críticas, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva já demarcou, somente no ano passado, nada menos do que 1,5 milhão de hectares de terras indígenas, sendo 800 mil em Roraima.

O senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS), por sua vez, voltou a criticar os critérios adotados pela Funai para identificar terras indígenas. No Mato Grosso do Sul, disse ele, a Funai facilita e incentiva a ocupação de terras por índios, o que o parlamentar considera grave.

Tebet quer participação do Senado na demarcação de terras

Diante do conflito de interesses entre indígenas e proprietários de terras em Mato Grosso do Sul, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) afirmou que as demarcações de terras indígenas não podem ficar a cargo exclusivo da Fundação Nacional do Índio (Funai). Para ele, o Senado, que representa os estados da Federação, precisa ser consultado na criação dessas reservas.

Tebet aplaudiu a decisão da Mesa de estender o mandato da comissão especial de senadores, que vai a Roraima para avaliar a situação fundiária e o conflito entre índios e não-índios, para incluir Mato Grosso do Sul, outro estado em que é iminente o conflito entre indígenas e proprietários de terras.

Segundo o senador, há uma



EXCLUSIVIDADE Ramez Tebet sugere que Funai divida responsabilidades com Senado

decisão judicial de reintegração de posse em relação às 14 fazendas invadidas pelos índios no estado, mas as autoridades

hesitam em cumprir o mandato, com receio de derramamento de sangue.

Soberania

Ramez Tebet disse que, desde que chegou ao Senado, luta pelo estabelecimento de uma política adequada de demarcação de terras, que proteja os direitos dos índios e também dos proprietários rurais que transformaram o estado em grande exportador de grãos.

– O Senado é o foro adequado para arbitrar essa questão – garantiu.

Ele considerou muito oportuna a iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) de ouvir os ministros da Justiça e da Defesa, bem como os governadores de Roraima e Mato Grosso do Sul sobre as reservas indíge-

nas, por entender que elas ainda são questão de soberania nacional, em função da interferência de organizações não-governamentais (ONGs) estrangeiras e de índios paraguaios.

Delcídio Amaral (PT-MS) ressaltou que as autoridades sul-mato-grossenses não podem permanecer na situação constrangedora em que se encontram, temendo cumprir uma decisão judicial devido à possibilidade de gerar um conflito.

Os parlamentares Mozarildo Cavalcanti e Gerson Camata (sem partido-ES) alertaram para a possibilidade de existir um movimento orquestrado de ambientalistas e indígenas para intranquilizar a sociedade brasileira.

▼ País tem 794 áreas indígenas

Levantamento realizado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) indica que o Brasil tem 794 áreas indígenas. Dessas, 351 foram homologadas por decretos do presidente da República. Conforme o estudo do Cimi, 54 áreas têm portarias declaratórias expedidas pelo Ministério da Justiça – um estágio necessário para a futura homologação. O restante está em situação mais atrasada: há 43 áreas identificadas, mas ainda sujeitas a revisão de limites, e 146 a serem identificadas (em processo de reconhecimento pela Funai). O estudo inclui, ainda, 26 áreas reservadas, isto é, aquelas declaradas para fins de desapropriação por meio de decreto. Por fim, são apontadas 174 áreas sem nenhuma providência oficial.

Tourinho propõe debate sobre autonomia do BC

■ Autor de projeto que introduz a inovação, senador recebe apoio de Maciel, César Borges e Jefferson Péres



Fotos: Roosevelt Pinheiro

CREDIBILIDADE Tourinho afirma que autonomia contribui para amadurecimento da economia

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) lamentou a indecisão demonstrada pelo governo em aderir à discussão da autonomia operacional do Banco Central (BC). Defensor da medida, Tourinho é autor do Projeto de Lei do Senado 317/03, que redefine as funções do BC, instituição que deixaria de cuidar da supervisão e da fiscalização do sistema financeiro nacional para centrar esforços

na condução das políticas monetária e cambial do país.

Enquanto autoridades divergem sobre a inserção do tema

na pauta de prioridades do governo em 2004, o parlamentar baiano considerou que sua implementação é “necessária para o amadurecimento do atual modelo macroeconômico nacional, garantindo maior credibilidade ao sistema financeiro do país e possibilitando maiores reduções nas taxas de juros”. A proposição encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde é relatada pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

Tourinho afirmou que o projeto inova ao prever a aprovação, pelo Congresso, de lei anual fixando as diretrizes das políticas monetária e cambial para o exercício subsequente.

Também retira do Banco Central a tarefa de supervisionar o mercado financeiro e reestrutura as atribuições do Conselho Monetário Nacional (CMN).

– O momento para iniciarmos as discussões sobre o tema é agora – disse, sugerindo a realização de audiências públicas para contrapor posições favoráveis e contrárias à iniciativa.

Os senadores Marco Maciel (PFL-PE), César Borges (PFL-BA) e Jefferson Péres (PDT-AM) demonstraram simpatia pela proposta. Enquanto Maciel aposta na autonomia do Banco Central para a conquista da estabilidade econômica, César Borges cobrou uma posição definitiva e consensual do go-

verno sobre o assunto. Jefferson realçou a possibilidade de a medida livrar a instituição do peso de “injunções políticas e eleitoreiras”, opinião também compartilhada por Maciel.

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) lembrou que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, em recente comentário sobre o episódio da desvalorização cambial em 1999, se disse contrário à autonomia do Banco Central. Se o BC tivesse essa prerrogativa à época, talvez não tivesse sido possível adotar o câmbio flutuante, já que o então presidente do banco, Gustavo Franco, divergia da área econômica do governo e era contrário à medida.

César Borges vê “espetáculo de crescimento” na Bahia

Depois de criticar a política de juros altos do Banco Central e cobrar do governo federal as promessas de criação de emprego e desenvolvimento econômico-social, o senador César Borges (PFL-BA) comentou ontem o crescimento de 4% obtido em 2003 pelo estado da Bahia. O percentual é 20 vezes maior do que o atingido pelo Brasil como um todo.

O crescimento baiano foi sustentado principalmente pelas exportações, que aumentaram em 41% – o dobro da média nacional –, com destaque para as vendas de produtos da indústria de transformação e da agricultura.

– Esse desempenho não dependeu de qualquer decisão econômica ou política do atual governo do PT, que até impe-



SUSTENTAÇÃO César Borges observa que seu estado cresce há 12 anos consecutivos

diu uma elevação de 6% do PIB com a política de gastos públicos restritiva e juros asfixiantes – afirmou César Borges.

O senador lembrou que a Bahia, atualmente governada pelo ex-senador Paulo Souto (PFL), vem crescendo há 12

anos consecutivos. As decisões políticas e econômicas começaram no governo iniciado pelo hoje senador Antonio Carlos Magalhães (PFL), em 1991, tendo como seu secretário de Fazenda o também senador Rodolpho Tourinho (PFL). Segundo César Borges, as marcas da administração Paulo Souto são a austeridade fiscal e as fortes medidas para atração de empresas, entre as quais a Ford, que hoje representa 10% da produção industrial baiana.

De uma participação de 4,1% no PIB nacional em 1995, a Bahia passou em 2000 a uma participação de 4,4%, devendo ter atingido 5% em 2003, com um PIB estadual de entre R\$ 62 e R\$ 64 bilhões.

– Esse resultado é uma prova clara do quanto é importante a

existência de uma política de desconcentração de investimentos – disse o senador, que recebeu apertes de Marco Maciel (PFL-PE) e Rodolpho Tourinho.

César Borges lembrou que o fim da guerra fiscal obriga ao estabelecimento de uma política de desenvolvimento. Como, dentro da reforma tributária, foi adiada a criação do Fundo de Desenvolvimento Regional, um maior equilíbrio entre as regiões dependeria da nova Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, projeto que está sendo adiado pelo governo.

– A única evidência é a de que este governo demonstra não ter preocupação nenhuma com as regiões mais pobres – afirmou César Borges.



ALERTA Ney Suassuna cobra a distribuição de sementes para o sertanejo nordestino

Suassuna apela por ajuda ao Nordeste

As chuvas que estão caindo no Nordeste são motivo de alegria, de tristeza e de preocupação para o senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

Ele disse ontem que fica alegre porque a chuva livra o sertanejo da dependência do caminhão-pipa; fica triste porque a Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene) e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) estão paralisadas; e fica preocupado porque o Ministério da Agricultura, por intermédio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), ainda não iniciou a distribuição de sementes de milho e feijão para o plantio.

O senador lembrou que o Ministério da Integração Nacional, em 2003, recebeu apenas 30% das verbas aprovadas no Orçamento da União.

Jefferson Péres: classe média é vítima de fúria fiscal

Um detalhado estudo sobre a pressão fiscal que pesa sobre a classe média brasileira foi divulgado pelo líder do PDT, senador Jefferson Péres (AM). Com base em informações da Receita Federal, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o parlamentar amazonense apresentou dados que mostram que as famílias da classe média – com salários entre R\$ 2 mil e R\$ 15

mil – enfrentam uma “grave sangria fiscal”.

– A classe média amarga um dos piores momentos de sua história. Sem políticas voltadas a melhorar sua renda, ampliar suas oportunidades de trabalho e emprego, fortalecer sua capacidade de consumo e propensão à poupança, nenhum dos compromissos eleitorais do governo Lula será cumprido – alertou Jefferson.

O senador tomou como exemplo uma hipotética famí-

lia, de cinco membros e renda mensal de R\$ 12 mil. Somando item por item dos gastos mensais, impostos e taxas, Jefferson demonstrou que a carga tributária consome mais da metade da renda dessa família de classe média.

– Daqueles R\$ 12 mil, sobram apenas R\$ 5.266 para que a família “se vire”. Fica evidente que a pressão fiscal do Estado impede a formação de uma taxa adequada de poupança interna – disse o senador, res-

saltando que o Brasil poupa apenas 18% do PIB, ao passo que a Coreia do Sul poupa 38% e o Japão, 30%.

O parlamentar afirmou ainda que bastaria que a poupança atingisse 22% do PIB para gerar taxas de crescimento anual de 3,5% a 4% ao ano. Jefferson Péres apontou ainda para os dados relacionados aos gastos com alimentação, que atingem 27,49% das despesas familiares.